



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

EDITAL E ANEXOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026 EDITAL Nº 001/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATIGUÁ

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis (Diesel S-10, Gasolina Comum e Etanol Hidratado) de forma contínua e fracionada, conforme demanda, para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Catiguá, pelo período de 12 (doze) meses, sendo que o fornecimento deverá ser realizado em tanques cedidos em comodato pela Contratada, de acordo com as condições e especificações constantes do Termo de Referência.

REGIME DE EXECUÇÃO: INDIRETA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ORIGEM DOS RECURSOS (COMUNICADO SDG Nº 028/2017 – TCE/SP): RECURSO PRÓPRIO/TESOURO.

TORNA-SE PÚBLICO QUE O MUNICÍPIO DE CATIGUÁ, Estado de São Paulo, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado na Avenida José Zancaner, nº 312 - Centro, nesta cidade, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cuja sessão pública será realizada através do endereço eletrônico: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil - BLL: www.bll.org.br, cujas informações poderão ser obtidas no e-mail: licitacao@catigua.sp.gov.br objetivando os serviços descrito no termo de referência, deste Edital, observadas as disposições pertinentes da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021** e do **Decreto Municipal nº 092, de 28 de dezembro 2023** (<https://www.catigua.sp.gov.br/home/index.php/transparencia/legislacao/decretos-municipais/4308-decreto-municipal-92-2023>), e outras normas aplicáveis à espécie, e demais legislações aplicáveis, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 18 DE JUNHO DE 2026.

HORÁRIO: 09H30MIN00SEG, HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF.

ENTREGA DAS PROPOSTAS e DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: ATÉ 09H00MIN, DO DIA 18 DE JUNHO DE 2026.

LOCAL: BLL COMPRAS - <https://bll.org.br/universo-bll-compras/>

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis (Diesel S-10, Gasolina Comum e Etanol Hidratado) de forma contínua e fracionada, conforme demanda, para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Catiguá, pelo período de 12 (doze) meses, sendo que o fornecimento deverá ser realizado em tanques cedidos em comodato pela Contratada, de acordo com as condições e especificações constantes do Termo de Referência.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica neste caso.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão representantes comerciais e desenvolvedores, os interessados deverão estar previamente cadastrados na plataforma digital especificada neste edital.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas pela plataforma para o cadastramento até a data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais quando for fazer uso de registros cadastrais eletrônicos, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais junto à plataforma eletrônica onde ocorrerá a licitação, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, antes de iniciada a licitação, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. No caso de haver itens exclusivos à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, ou no caso de cotas reservadas, nos termos da lei Complementar nº 123/2006, as informações constarão do Termo de Referência anexo ao Edital.

3.6.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

- 3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2. e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.12. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.14. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.15. Nesta licitação será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e aquelas estabelecidas neste edital.**
- 3.17. A empresa consorciada fica impedida de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.
- 3.18. Deverá ser entregue, junto com os documentos de habilitação:
- comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;
 - documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

condições de liderança fixadas neste edital.

c) A empresa líder será a representante e responsável por todas as comunicações e informações do Consórcio e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

d) Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

e) Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

f) O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 3.17, que deverá prever:

g) Compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto da licitação;

h) Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual Contrato, até o final de sua execução;

i) Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do órgão ou entidade contratante, até a conclusão dos trabalhos ou fornecimento que vierem a ser contratados;

j) Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência da contratação decorrentes desta licitação;

k) Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

l) Compromissos e a divisão do escopo no fornecimento para cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto da licitação, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao fornecimento previsto.

m) A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

n) A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Nesta licitação, a fase de habilitação ocorrerá após encerradas as fases de apresentação de propostas, apresentação de lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a **proposta com o preço e os documentos de habilitação** até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. **Os licitantes encaminharão, exclusivamente pelo sistema eletrônico, os documentos de habilitação.**

4.2.2. Serão analisados os documentos de habilitação apenas das licitantes declaradas vencedoras da fase de lances.

4.2.2.1. **Os documentos de habilitação deverão ser enviados, preferencialmente até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, em respeito ao princípio da**



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

celeridade, previsto no artigo 5º da Lei 14.133/2021.

4.2.2.2. O licitante que, na excepcionalidade, optar pelo envio dos documentos de habilitação após a declaração de vencedor, terá o prazo de até 30 (trinta) minutos para fazê-lo, contados da solicitação da Pregoeira(o).

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando for o caso.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances,



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

quando houver, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário (*mensal, unitário etc., conforme o caso*) e ... (*anual, total*) do item;

5.1.2. Marca (*se for o caso*);

5.1.3. Fabricante (*se for o caso*);

5.1.4. Quantidade cotada (*não inferior a 12 meses*);

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Nesta licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando houver;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União ou Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme o caso, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01%**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, poderá ser efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. Neste caso, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2.2. empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.
- 6.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 1 (uma) hora, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2Ccadastro%2CcpfCnpj%2CnomeSancionado%2CufSancionado%2Corgao%2CcategoriaSancao%2CdataPublicacao%2CvalorMulta%2Cquntidade>); e

7.1.3. Pesquisa na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

(<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relação-de-apeados>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Em se tratando de contratação de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.6.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

7.6.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço por Item ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor por item estimado;



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor por item estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo por item estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço por item, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

- 7.13.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.14.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.15.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.16.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.17.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.18.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, pelo registro cadastral da Administração Municipal ou pelo registro cadastral unificado constante do PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas.
- 8.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para o fim de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.4.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou cópia simples. No caso de cópia simples, deverá ser apresentado o documento original para fins de verificação da autenticidade.
- 8.5.1.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Se o Termo de Referência indicar que para a contratação pretendida a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto ao setor indicado no Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf ou através do registro cadastral municipal ou do registro unificado do PNCP, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no respectivo sistema de registro cadastral e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no registro cadastral serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de uma hora, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.14. A verificação no respectivo sistema de registro cadastral ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme Lei 14.133/21, art. 64, para o fim de:

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato Administrativo, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. O Contrato Administrativo será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital.

9.4. O Contrato Administrativo, será divulgado nos termos da Lei 14.133/2021.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.6. No ato da assinatura do Contrato Administrativo, a empresa licitante vencedora se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, conforme modelo constante do Anexo V deste Edital.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Neste caso não se aplica.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, com relação à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados **preferencialmente de forma eletrônica**, através da plataforma eletrônica de realização do certame ou através de protocolo físico no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida José Zancaner, nº 312 - Centro, na cidade de Catiguá, Estado de São Paulo.

13.3.1. Eventualmente, as impugnações, assim como os pedidos de esclarecimentos, poderão ser encaminhadas para o e-mail licitacao@catigua.sp.gov.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. **Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo(a) Pregoeiro(a) com base na legislação de regência e segundo os princípios gerais de direito, e as questões relativas ao sistema, pela Administradora da plataforma BLL Bolsa de Licitações e Leilões, através do telefone (41) 3097-4600 - Curitiba-PR e ou pelo e-mail contato@bll.org.br**
- 14.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), site da Prefeitura Municipal: www.catigua.sp.gov.br, Plataforma BLL Compras: www.bll.org.br e poderá ser solicitado pelo endereço eletrônico licitacao@catigua.sp.gov.br
- 14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.12.1. ANEXO I – Termo de Referência.
- 14.12.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar.
- 14.12.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços.
- 14.12.3. ANEXO III – Modelo de Declarações.
- 14.12.4. ANEXO IV – Minuta do Contrato.
- 14.12.5. ANEXO V – Termo de Ciência e Notificação.
- 14.12.6. ANEXO VI – Declaração de Documentos à Disposição do TCE.

Catiguá - SP, 28 de Maio de 2026.

CLAUDEMIR JOSÉ GRAVA
Prefeito do Município de Catiguá



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis (Diesel S-10, Gasolina Comum e Etanol Hidratado) de forma contínua e fracionada, conforme demanda, para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Catiguá, pelo período de 12 (doze) meses, sendo que o fornecimento deverá ser realizado em tanques cedidos em comodato pela Contratada, de acordo com as condições e especificações constantes do Termo de Referência.

1.2. A contratação se dará conforme a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ÓLEO DIESEL S10, COM FORNECIMENTO DE TANQUE EM COMODATO	LITROS	100.000
2	GASOLINA COMUM, COM FORNECIMENTO DE TANQUE EM COMODATO	LITROS	26.835
3	ETANOL HIDRATADO, COM FORNECIMENTO DE TANQUE EM COMODATO	LITROS	23.820

1.3. O objeto a ser contratado se enquadra na categoria bens, conforme art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.4. O fornecimento pretendido tem natureza de contínuos, conforme art. 6º, XV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato Administrativo, podendo ser prorrogado nos termos da legislação em vigor, mediante justificativa.

1.6. O critério de julgamento adotado será o de **MAIOR DESCONTO**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. A contratação a que se refere o item 1 acima deverá atender às condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, conforme especificado:

2.1.1 Instalação do Sistema de Armazenamento e Abastecimento

2.1.1.1 A instalação dos tanques de armazenamento, bombas medidoras, filtros e demais acessórios compatíveis com a execução do objeto contratado, todos fornecidos em regime de comodato, deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura do contrato.

2.1.1.2. Todos os equipamentos fornecidos deverão atender integralmente às normas técnicas da ABNT e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, bem como às demais legislações pertinentes.

2.1.2. Combustível

2.1.2.1. Os combustíveis objetos deste Termo deverão ser fornecidos em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pela ANP, especialmente a Resolução ANP nº 50/2013 e alterações posteriores, bem como normas complementares da ABNT.

2.1.2.2. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, não adulterados, não reciclados, livre de impurezas e dentro do prazo de validade.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

2.1.2.3. A cada entrega, a contratada deverá apresentar o respectivo Boletim de Conformidade da ANP, acompanhado de laudo laboratorial atualizado que comprove a qualidade do combustível.

2.1.2.4. O fornecimento deverá ocorrer de forma contínua e fracionada, conforme demanda da Administração, vedada a entrega em quantidade superior à capacidade do tanque de armazenamento.

2.1.3. Tanque e Equipamentos Cedidos em Comodato

2.1.3.1. Os tanques de armazenamento deverão possuir capacidade mínima de 5.000 (cinco mil) litros, conforme viabilidade técnica, e deverão atender integralmente às exigências da legislação ambiental, de segurança e de combate a incêndio.

2.1.3.2. Os tanques deverão estar equipados com bombas medidoras, filtros, mangueiras, bicos de abastecimento e demais acessórios indispensáveis ao pleno funcionamento do sistema.

2.1.3.3. Os equipamentos deverão dispor de sistema de vedação e dispositivos de contenção de vazamentos, de modo a prevenir riscos ambientais e operacionais.

2.1.3.4. Caberá à Contratada a manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos fornecidos em comodato, sendo obrigatória a substituição imediata em caso de defeito ou falha, sem ônus adicional à Administração.

2.1.4. Instalação e Adequações Técnicas

2.1.4.1. A instalação dos tanques e dos equipamentos deverá obedecer integralmente às normas e exigências de TODOS os órgãos competentes.

2.1.4.2. Eventuais obras civis necessárias à instalação, tais como base de concreto, aterramento e sistema de proteção contra descargas elétricas, deverão ser realizadas pela CONTRATANTE, às suas expensas.

2.1.4.3. Após a instalação, a contratada deverá apresentar relatório técnico circunstanciado, atestando a plena conformidade do sistema com as normas vigentes.

2.1.5. Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional

2.1.5.1. A Contratada deverá observar, de forma rigorosa, todas as normas de segurança, saúde do trabalho e legislação ambiental aplicáveis ao transporte, armazenamento e manuseio de combustíveis.

2.1.5.2. Deverá ser apresentada comprovação da contratação e vigência de seguro ambiental, com cobertura mínima de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), abrangendo danos decorrentes do armazenamento e abastecimento de combustíveis.

2.1.5.3. A Contratada deverá assegurar que os operadores e responsáveis pela execução dos serviços utilizem equipamentos de proteção individual – EPIs adequados, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

2.1.6. Fiscalização, Controle e Monitoramento

2.1.6.1. A Administração Municipal reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, a qualidade e a quantidade do combustível entregue, podendo realizar testes laboratoriais e inspeções técnicas.

2.1.6.2. A Contratada deverá disponibilizar relatórios de controle contendo informações sobre volumes entregues, consumo por setor/veículo, registros de abastecimento, ocorrências e medidas corretivas adotadas.

2.1.6.3. O sistema de abastecimento deverá possibilitar a rastreabilidade integral do combustível fornecido, garantindo transparência, publicidade e eficiência no controle do gasto público.

2.2. Condições Gerais da Contratação.

2.2.1. Do não parcelamento da contratação: Em razão da natureza do objeto e por sua indivisibilidade, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

2.2.2. Do prazo de vigência: O prazo de vigência desta contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da legislação em vigor, mediante justificativa.

2.2.3. Do custo estimado total da contratação: O custo total estimado da contratação a que se refere este Termo de Referência é de **R\$ 1.028.367,00 (hum milhão, vinte e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais)**, devendo o desconto ofertado pelas licitantes partir do percentual mínimo estimado de **1,33%**, apurado com base nos levantamentos e estimativas realizados pela Administração.

2.3. Da fundamentação e descrição da necessidade da contratação.

2.3.1. A contratação objetiva assegurar o abastecimento regular e eficiente da frota municipal.

2.3.2. O fornecimento deverá ser realizado em tanques de propriedade do licitante vencedor, cedidos em comodato à Prefeitura Municipal, com capacidade mínima de 5.000 (cinco mil) litros cada, a serem instalados no Almojarifado Municipal, garantindo segurança, organização e conformidade com padrões técnicos, ambientais e de saúde ocupacional.

2.3.3. Deverá ser fornecido o combustível em total conformidade com as especificações da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), vigentes no momento da entrega, qual seja, a Resolução ANP nº 968/2024, acompanhado de certificado de conformidade de produto entregue. A frota municipal desempenha funções essenciais à continuidade e regularidade do serviço público, tais como:

- Transporte de servidores, pacientes hipossuficientes e alunos da rede pública;
- Execução de serviços de limpeza urbana, manutenção e conservação de áreas públicas;
- Transporte de cargas, insumos e equipamentos;
- Atendimento de emergências sanitárias e operacionais;
- Fiscalização e apoio às atividades administrativas, logísticas e educacionais.

2.3.4. A interrupção ou deficiência no abastecimento de combustíveis comprometeria gravemente a prestação desses serviços, acarretando riscos de paralisação parcial ou total das atividades municipais, prejuízos à população e violação dos princípios da continuidade e eficiência dos serviços públicos.

2.3.5. A aquisição parcelada e conforme demanda efetiva atende aos princípios da economicidade e eficiência, evitando estoques desnecessários, desperdícios e custos adicionais com contratações emergenciais.

2.3.6. O fornecimento contínuo e estratégico é ajustado mensalmente à demanda real de cada setor, permitindo flexibilidade operacional diante de variações sazonais, emergenciais ou extraordinárias, sem prejuízo da regularidade do suprimento.

2.3.7. A estimativa de consumo total de litros foi calculada com base em histórico de consumo da frota de janeiro/2025 a dezembro/2025, considerando, ainda, tipo de veículo, frequência de uso, trajetos percorridos, idade do veículo, eficiência energética e demandas projetadas, garantindo planejamento adequado e segurança operacional.

2.3.8. O licitante vencedor será responsável por:

- Instalação e manutenção do tanque de combustível;
- Fornecimento seguro e contínuo de combustíveis, atendendo às normas técnicas da ANP e ABNT;
- Observância das normas ambientais, de segurança e saúde ocupacional;



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

- Disponibilização de relatórios mensais detalhados de abastecimento, incluindo quantidade fornecida, litros restantes, lotes utilizados, abastecimentos realizados por veículo e registro de eventuais irregularidades, assegurando rastreabilidade, fiscalização e controle do consumo;
- Garantia de fornecimento ajustado à demanda efetiva dos setores, atendendo solicitações da Administração Municipal.

2.3.9. Levantamentos preliminares indicam que fornecedores disponíveis possuem infraestrutura compatível, experiência comprovada no fornecimento de combustíveis em tanques em comodato, e condições de atender às exigências técnicas e legais estabelecidas pela Administração Pública.

2.3.10. Em síntese, a presente contratação é **absolutamente necessária** para garantir a continuidade, regularidade, eficiência e segurança dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal, assegurando que a frota permaneça operacional, pronta para atender às demandas administrativas, educacionais, sanitárias, de transporte e manutenção da cidade, de forma planejada, rastreável e sustentável.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Objeto e Características Gerais

A solução a ser contratada consiste no fornecimento contínuo e fracionado de combustíveis para abastecimento da frota de veículos e equipamentos da Prefeitura Municipal de Catiguá, por meio de tanques de armazenamento cedidos em comodato pelo licitante vencedor, com capacidade mínima de 5.000 (cinco mil) litros, instalado no Almoxarifado Municipal. A solução inclui todos os serviços necessários para garantir o abastecimento regular, seguro e eficiente, conforme as normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis.

3.2. Requisitos de Manutenção e Assistência Técnica

A Contratada será responsável por:

- a) Garantir a manutenção preventiva e corretiva do tanque de armazenamento, assegurando sua integridade estrutural e operacional durante todo o período contratual;
- b) Assegurar que os sistemas de abastecimento e medição estejam em perfeito funcionamento, evitando perdas, vazamentos ou qualquer risco ambiental ou operacional;
- c) Disponibilizar assistência técnica imediata para resolução de eventuais falhas ou problemas operacionais, garantindo a continuidade do fornecimento sem interrupções;
- d) Cumprir rigorosamente as normas de saúde, segurança do trabalho e legislação ambiental aplicáveis ao armazenamento, manuseio e transporte do combustível;
- e) Fornecer relatórios mensais detalhados à Administração Municipal, contendo informações sobre volumes entregues, consumo por setor/veículo, ocorrências, inspeções realizadas e medidas corretivas adotadas.

3.3. Controle, Monitoramento e Segurança

A solução inclui:

- a) Procedimentos para controle de estoque, medição e registro do consumo, permitindo rastreabilidade total do combustível fornecido;
- b) Implantação de mecanismos de segurança física e operacional do tanque, incluindo dispositivos de contenção de vazamentos e prevenção de incêndios;
- c) Treinamento do pessoal indicado pela contratada para operar e monitorar os equipamentos com segurança e eficiência.

3.4. Justificativa Técnica e Econômica da Solução



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

A solução escolhida atende plenamente à demanda real dos setores municipais, proporcionando abastecimento contínuo, seguro, flexível e ajustado à necessidade efetiva da Administração. Tal modelo permite:

- Otimização logística, reduzindo deslocamentos desnecessários e custos de transporte;
- Redução de riscos de paralisação de serviços essenciais;
- Controle rigoroso do consumo, evitando desperdícios e estoques excessivos;
- Economia direta e indireta, ao alinhar o fornecimento à demanda real, reduzindo gastos financeiros e operacionais, conforme o princípio da economicidade previsto no art. 6º, caput, e incisos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Maior eficiência na fiscalização, por meio de relatórios detalhados e rastreabilidade completa do combustível fornecido;
- Continuidade e regularidade dos serviços públicos essenciais, incluindo transporte de servidores, atendimento educacional, operações de saúde, manutenção urbana e logística municipal.

3.5. Justificativa Técnica da Solução

A solução escolhida permite abastecimento contínuo e flexível, conforme a demanda real dos setores municipais, atendendo ao princípio da economicidade e à necessidade de continuidade dos serviços públicos, conforme art. 6º, caput, e incisos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às orientações da IN nº 40/2020. A solução oferece segurança operacional, facilidade de fiscalização, eficiência logística e redução de custos com transporte e tempo de operação, garantindo que a frota municipal esteja permanentemente disponível e apta a atender às demandas administrativas, educacionais, sanitárias, de transporte e manutenção da cidade.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Visando atender à demanda, é necessária a contratação, por meio de licitação, de empresa especializada no fornecimento de combustíveis; a Contratada deverá atuar na área pertinente ao objeto **em conformidade com a Resolução 938/2023 da ANP.**

4.2. A Contratada deverá apresentar documentos que comprovem autorização de funcionamento da Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP) de acordo com a Resolução **938/2023 da ANP.** A contratação será realizada por um prazo de 12 meses, podendo ou não ser prorrogada.

4.3. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.3.1. Sustentabilidade e segurança ambiental;

4.3.2. Os critérios e boas práticas terão como diretrizes para a sustentabilidade entre outras:

- a) Menor impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, solo, água, ar);
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

g) Adotaremos, sempre que viáveis, critérios plausíveis com os praticados no mercado local e nacional, mas como regra geral o equilíbrio entre os três princípios norteadores da licitação pública: sustentabilidade, economicidade e competitividade.

h) Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Para garantia da fiel execução dos compromissos ajustados, a CONTRATADA deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor efetivamente contratado,



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

conforme o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, optando por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou em título da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- b) Fiança bancária,
- c) Seguro garantia, ou
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- e) O prazo de vigência da garantia será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato;
- f) A garantia prestada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, após o seu cancelamento por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro atualizada monetariamente.

4.4.1. Para assinatura do contrato deverá a proponente vencedora apresentar comprovação da existência de seguro ambiental com cobertura de responsabilidade civil e riscos ambientais causados pelo armazenamento dos combustíveis, com valor mínimo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O combustível será adquirido de forma parcelada, conforme as especificações e condições previstas neste termo, correndo por conta da empresa proponente todas as despesas pertinentes, tais como transporte, armazenamento, encargos trabalhistas e previdenciários e deverão obedecer ao disposto neste Termo de Referência, para o desenvolvimento das atividades descritas nos itens 1 e 2.

5.2. O objeto deste termo deverá ser fornecido de forma parcelada, por um período de 12 (doze) meses, de acordo com as necessidades da Administração, mediante a Autorização de Fornecimento, devendo ser entregue no **prazo máximo de 3 (três) dias corridos**.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os produtos adquiridos serão para atender toda Frota da Administração Pública;

5.5. Os produtos serão recebidos pelo(a) responsável pela demanda, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.6. Os Produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.9. A inspeção e fiscalização pela Administração Municipal não isenta, tampouco diminui, a responsabilidade da contratada quanto a qualidade dos produtos.

5.10. A contratada deverá observar parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

6. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para a execução do objeto, a Contratada deverá manter colaboradores devidamente habilitados, maiores de 18 (dezoito) anos, com condições físicas e de saúde compatíveis com as atividades, cortesia no atendimento e capacitação técnica adequada, inclusive em normas de segurança do trabalho e legislação ambiental.

6.2. A contratação de empresa especializada para aquisição contínua e fracionada de combustíveis, para suprir as necessidades de abastecimento da frota geral da Administração Pública.

6.3. Deverão ser fornecidos os combustíveis objetos desta licitação em total conformidade com as especificações da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), vigentes no momento da entrega, acompanhado de certificado de conformidade de produto entregue.

6.4. A Prefeitura poderá pedir aos credenciados a análise do combustível a qualquer tempo e sem aviso prévio.

6.5. As empresas participantes do certame deverão estar autorizadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível a exercer as atividades objeto deste Termo.

6.6. A Contratada deverá instalar tanques aéreos com capacidade mínima de 5.000 litros, bomba de abastecimento, com registradora de volume, filtro, mangueira, bico, etc.

6.7. A empresa vencedora fornecerá bomba de abastecimento mecânica com idade máxima de 02 (dois) anos, em perfeito estado de funcionamento, conservação e devidamente aferidas pelo INMETRO, para consumo próprio.

6.8. A imposição de idade máxima da bomba garante maior disponibilidade do equipamento à Prefeitura e maior confiabilidade no controle do abastecimento, pois em caso de substituição ou interrupção do abastecimento dos veículos para manutenção do equipamento, a frota ficaria sem combustível, causando prejuízo à execução dos serviços essenciais prestados pelos veículos oficiais.

6.9. A empresa vencedora obriga-se a efetuar manutenções nos equipamentos num prazo máximo de 24 horas, após comunicação de defeitos pela Prefeitura.

6.10. Os equipamentos e instalações deverão obedecer às normas ambientais e de segurança;

6.11. As bombas deverão ser aferidas a cada vencimento de sua validade;

6.12. O tanque aéreo deverá ser equipado com nível externo, com escalonagem mínima a cada um mil litros, que possibilite a aferição de quantidade de combustível existente no reservatório.

6.13. A(s) Empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) fornecer os equipamentos e os seguintes documentos:

a) Laudo técnico relativo à estanqueidade, acompanhado da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica;

b) Notas Fiscais dos equipamentos (tanque e bomba) - (poderá ser nota fiscal de remessa, desde que apresentem as seguintes informações: número e data da nota fiscal de origem, fabricante, modelo, número de série e a norma de fabricação);

6.14. Os equipamentos serão entregues e instalados no Almoarifado da Prefeitura, em perfeito estado de conservação e funcionamento, correndo todas as despesas de entrega e instalação por conta da Contratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a data de assinatura do futuro Contrato.

6.15. A empresa vencedora deverá prestar os serviços de instalação, desinstalação, suporte, manutenção e assistência técnica aos equipamentos, bem como eventual treinamento, sempre



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

que necessário, do pessoal responsável pela sua operacionalização, sem custos adicionais a contratante, durante todo o período de comodato dos equipamentos.

6.16. A opção pela instalação de tanques no pátio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos (Almoxarifado Municipal) é justificada por ser mais vantajoso e econômico, uma vez que evita veículos como caminhões e maquinários, trafegando pelo Município para abastecimento, evitando assim problemas no trânsito e acidentes (inclusive para equipamento que, por sua característica não pode trafegar). Além disso, com os tanques instalados no Pátio, a execução dos serviços se tornará mais célere e eficaz.

6.17. A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas da declaração de vencedora do certame, CROQUI Executivo de Instalação dos equipamentos constantes dos itens acima para a contratante executar as obras necessárias.

6.18. Para assinatura do contrato deverá a proponente vencedora apresentar comprovação da existência de **GARANTIA DE EXECUÇÃO**:

6.18.1. Para garantia da fiel execução dos compromissos ajustados, a **CONTRATADA** deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor efetivamente contratado, conforme o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, optando por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou em título da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- b) Fiança bancária,
- c) Seguro garantia, ou
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- e) O prazo de vigência da garantia será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato;
- f) A garantia prestada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, após o seu cancelamento por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

6.19. Para assinatura do contrato deverá a proponente vencedora apresentar comprovação da existência de seguro ambiental com cobertura de responsabilidade civil e riscos ambientais causados pelo armazenamento dos combustíveis, com valor mínimo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

6.20. A proponente vencedora deverá apresentar atestado emitido pelo INMETRO, relativo a regularização e aferição metrológica da bomba de combustível.

6.21. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

6.22. O(s) caminhão(es) utilizado(s) para o fornecimento dos combustíveis terá que ser equipado com bomba de descarga para o bombeamento dos combustíveis do tanque do caminhão para os tanques do Município de Catiguá.

6.23. A empresa deverá apresentar no ato da entrega toda documentação legal de transporte de produtos perigosos, inclusive os certificados de aferição emitidos pelo INMETRO dos compartimentos de entrega do tanque dos caminhões, em vigência.

6.24. A fiscalização da prefeitura poderá solicitar, a qualquer tempo, os documentos comprovando o atendimento do item 6.20 ou outros que julgar necessário.

6.25. A CONTRATADA deverá fornecer treinamento pessoal e de forma gratuita a todos os servidores responsáveis indicados em item 7 deste Termo de Referência.

6.26. A CONTRATADA deverá manter estoque de segurança e equipe técnica disponível para pronta substituição de equipamentos, em caso de falha ou indisponibilidade, garantindo a continuidade do abastecimento da frota municipal.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

6.27. Os operadores indicados pela CONTRATADA deverão utilizar uniformes padronizados e equipamentos de proteção individual (EPIs), devidamente identificados com logomarca da empresa.

6.28. O combustível fornecido, bem como os serviços de instalação, manutenção, assistência técnica e comodato, deverão estar em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, sendo a CONTRATADA integralmente responsável por eventuais danos ambientais, materiais ou pessoais decorrentes da execução do contrato.

7. DO TREINAMENTO PESSOAL

7.1. A empresa Contratada deverá assegurar que todo o pessoal envolvido na execução dos serviços objeto desta licitação esteja devidamente capacitado e treinado para realizar suas atividades, garantindo segurança operacional, prevenção de acidentes e conformidade com normas técnicas, ambientais e de saúde ocupacional.

7.2. O treinamento deverá contemplar, no mínimo:

- Procedimentos de abastecimento de combustíveis, incluindo manuseio seguro dos combustíveis;
- Normas de segurança e prevenção de acidentes, em conformidade com a NR-20 – Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis;
- Uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), ferramentas e dispositivos de segurança fornecidos pela contratada;
- Procedimentos de controle de estoque, registro e emissão de relatórios de abastecimento, garantindo rastreabilidade e confiabilidade das informações;
- Procedimentos de resposta a situações de emergência, como vazamentos, derramamentos, incêndios ou outras ocorrências de risco;
- Práticas de preservação ambiental e manejo adequado de resíduos, em conformidade com legislações ambientais vigentes.

7.3. A Contratada deverá comprovar a realização do treinamento mediante apresentação de registros, certificados ou quaisquer documentos que evidenciem a capacitação dos profissionais designados.

7.4. O treinamento deverá ser periódico, sempre que houver mudança de pessoal, atualização de normas ou necessidade específica indicada pela Administração Municipal, garantindo que todos os servidores envolvidos mantenham conhecimento atualizado sobre os procedimentos e requisitos legais aplicáveis à execução do contrato.

7.5. A Administração Municipal poderá, a qualquer momento, solicitar a capacitação complementar ou reciclagem do pessoal da contratada, de modo a assegurar o pleno atendimento às normas de segurança, eficiência e regularidade do fornecimento de combustível.

TREINAMENTO PESSOAL		
QTD DE SERVIDORES	PERÍODO	FORMA GRATUITA
6	10 dias	

8. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

8.1. O objeto será recebido provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, “a” da Lei Federal 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

8.2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 15 (quinze) dias, contados da expedição de termo de recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do art. 140, I, “b” da Lei Federal 14.133/2021.

9. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.3. Após a assinatura do contrato, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

9.4.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.4.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.4.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.4.4. No caso de constatadas ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou à autoridade superior.

9.5. A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 118).

9.5.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.6. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução nela empregados (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 119).

9.7. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 120).

9.8. Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

9.8.1. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à contratante a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.9. A Administração Municipal poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

9.10. As comunicações entre a Administração Municipal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, será exigida a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

10.1. A avaliação da execução do objeto deverá levar em conta os itens 1 e 2 deste Termo de Referência, do qual constam especificação do objeto, unidade de medida e quantitativos.

10.2. A medição será realizada com base na quantidade de combustível (em litros) efetivamente fornecida, conforme Autorização de Fornecimento, devidamente conferidos e atestados pelo setor responsável da Administração.

10.3. O pagamento à Contratada será efetuado em conformidade com as entregas realizadas e atestadas pela Fiscalização, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, observadas as condições abaixo:

10.3.1. O primeiro fornecimento corresponderá ao abastecimento inicial do tanque, com capacidade mínima de 5.000 (cinco mil) litros.

10.3.2. Os fornecimentos subsequentes ocorrerão de forma contínua e fracionada, conforme Autorização de Fornecimento do setor competente. Cada entrega será acompanhada de nota fiscal correspondente, a qual será liquidada após a conferência e ateste do setor competente.

10.4. É vedado o pagamento antecipado, sendo de responsabilidade exclusiva da Contratada manter o fornecimento regular até a devida liquidação financeira pela Administração.

10.5. Poderão ser descontadas as importâncias relativas às quantidades de bens/serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante por motivos imputáveis à Contratada, devendo haver proporcionalidade com a irregularidade verificada, quando restar comprovado:

10.5.1. Que não foram produzidos os resultados acordados;

10.5.2. Que a contratada deixou de executar ou não executou dentro das quantidades mínimas as atividades contratadas;

10.5.3. Que a contratada deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos ou que os utilizou em quantidade ou qualidade inferior à necessária;

10.5.4. A realização dos descontos indicados no item anterior não prejudica a aplicação de sanções à Contratada, por conta da não execução dos serviços.

10.6. Os valores dos bens/serviços serão faturados de acordo com o preço auferido no processo de contratação.

10.7. As faturas deverão ser emitidas pela Contratada e apresentadas à contratante no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, ou enviadas por e-mail para compras@catigua.sp.gov.br

11. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado pela Contratante em até 30 (trinta) dias após a entrega e aceite definitivo do objeto desta contratação, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho, onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante da referida licitação, não sendo aceita emissão de boleto para o pagamento.

11.2. Havendo erro na nota fiscal/fatura (preço diferente do contratado ou qualquer outra irregularidade) ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação do processo de pagamento será suspensa para que a contratada adote as providências necessárias à correção,



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

passando a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da nota fiscal/fatura rerepresentada.

11.3. Havendo atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, incidirá correção monetária sobre o valor devido, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6 / 100)$
365

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11.4. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é devido no local do estabelecimento do prestador de serviço ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

11.5. O valor do pagamento será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados e de itens fornecidos, aplicando-se eventual desconto em função de irregularidade verificada por culpa da contratada, se for o caso.

12. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO**, na sua forma Eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MAIOR DESCONTO**.

12.1.1. O percentual de desconto ofertado deverá ser aplicado de forma obrigatória e uniforme em todos os fornecimentos, tomando-se como base o preço médio de revenda, divulgado semanalmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para o município de Catanduva/SP, sempre a mais recente vigente à época do faturamento.

12.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.3. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço BLL – Portal de Compras – Pregão Eletrônico, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo as licitantes, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumprem integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

12.4. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) PERCENTUAL DE DESCONTO (%) fixo e irreajustável, que deverá ser aplicado **sempre sobre o preço médio unitário de revenda do combustível**, tomando como referência o **valor médio da Tabela ANP – Base Catanduva/SP**.

a.1) Para fins do certame, o desconto fixo e irreajustável será aplicado sobre o **preço médio de revenda do combustível**, divulgado pela **ANP – Base Catanduva/SP**, referente à **semana imediatamente anterior à data da licitação**.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

a.2) Para fins contratuais, o que será considerado é o **percentual de desconto ofertado**, que permanecerá **fixo e obrigatório durante toda a execução do contrato**. O preço final a ser aplicado em cada fornecimento **variará automaticamente de acordo com o preço médio de revenda do divulgado semanalmente pela ANP**, vigente à época do faturamento, garantindo atualização contínua sem necessidade de reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro.

b) **O lance deverá ser ofertado pelo percentual de desconto, não inferior a 0,01%.**

c) Preço total, **JÁ COM O DESCONTO**, sendo que os preços ofertados deverão ter, no máximo, duas casas decimais;

d) No preço proposto deverá estar incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, fretes e demais encargos incidentes, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

e) Indicação de marca/fabricante dos itens ofertados, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital;

f) O prazo, local e condições de entrega do objeto encontram-se estabelecidos no presente Edital.

12.2. As exigências de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2Ccadastro%2CcpfCnpj%2CnomeSancionado%2CufSancionado%2Corgao%2CcategoriaSancao%2CdataPublicacao%2CvalorMulta%2Cquantidade>); e

c) Pesquisa na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relação-de-apanados>).

12.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

12.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio da análise dos documentos apresentados.

12.7. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação de habilitação, ou encaminhar, quando solicitado pela contratante, a respectiva documentação atualizada.

12.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.9. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

12.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.11. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

12.12. Habilitação Jurídica:

12.12.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.12.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.12.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.12.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.12.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

12.12.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.12.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

12.12.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.13. Qualificação econômico-financeira:

12.13.1. Apresentar **certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

12.13.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**;

12.13.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.13.4. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.13.5. Comprovação da boa situação financeira, **mediante declaração assinada por profissional habilitado na área contábil** (§1º do art. 69, Lei 14.133/21), que a licitante atende aos seguintes índices de Liquidez Geral (ILG), Grau de Endividamento Geral (GEG), e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes, através das fórmulas abaixo (*), sendo que somente será considerada habilitada a empresa que obtiver os seguintes resultados:



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

Onde:(*) Fórmulas:

Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

Grau de Endividamento Geral $\leq 0,65$

$$\text{ILG} = \frac{(\text{AC} + \text{RPL})}{(\text{PC} + \text{ELP})}$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RPL = Realizável à Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$\text{GEG} = \frac{\text{ET}}{\text{AT}}$$

onde

GEG = GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL

ET = Exigível Total

AT = Ativo Total

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

onde

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

12.14. Qualificação Técnico-Profissional e Técnico-Operacional:

12.14.1. A qualificação técnica seguirá padrões mínimos para garantir a boa execução dos serviços e preservar o interesse público, garantindo a economicidade, transparência e isonomia. Para tanto, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- Registro ou Inscrição na entidade reguladora, neste caso, ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;
- Apresentação de atestados de capacidade técnica referentes às parcelas de maior relevância, conforme tabela abaixo: (Art.67, § 1º, Lei nº 14.133/2021).

QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO
100.000	Litros	Parcela de maior relevância se refere ao fornecimento de óleo diesel S10, com o fornecimento de tanque em comodato.
26.835	Litros	Parcela de maior relevância se refere ao fornecimento de gasolina, com o fornecimento de tanque em comodato.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

23.820	Litros	Parcela de maior relevância se refere ao fornecimento de etanol, com o fornecimento de tanque em comodato.
--------	--------	--

b.1) Os atestados de capacidade técnica deverão demonstrar a execução mínima de **50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância constante da tabela anterior.** (Art.67, § 2º, Lei nº 14.133/2021).

c) Licença de Operação Ambiental, emitida por órgão estadual competentes, relativo à Licitante;

d) Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP emitida pelo Ibama;

e) AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro, emitido pela autoridade competente, vigente para a data da sessão;

12.14.2. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

12.14.3. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

12.14.4 Comprovação da existência de seguro ambiental com cobertura de responsabilidade civil e riscos ambientais causados pelo armazenamento dos combustíveis, com valor mínimo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) no ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO.

12.15. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

12.15.1. No caso de pessoa física: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

12.15.2. No caso de pessoa jurídica: Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.15.3. Prova de inscrição no cadastro de **CONTRIBUINTE ESTADUAL** e/ou **MUNICIPAL**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, a saber:

12.15.3.1. Se o ramo de atividade da empresa for comércio, deverá apresentar prova de **INSCRIÇÃO ESTADUAL**;

12.15.3.2. Se o ramo de atividade da empresa for prestação de serviço, deverá apresentar prova de **CADASTRO MUNICIPAL**.

12.15.3.3. Se o ramo de atividade da empresa envolver comércio e prestação de serviço deverá apresentar prova de **INSCRIÇÃO ESTADUAL** e **MUNICIPAL**.

12.15.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual** da sede ou do domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

12.15.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação da Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);

12.15.5. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

12.15.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

12.15.7. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

12.15.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

12.15.8. Prova de inexistência de **débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.15.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

12.15.10. Declaração de que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado), somente para as licitantes com sede ou matriz no Estado de São Paulo;

12.15.11. Declaração de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;

12.15.12. Declaração de que cumpre a determinação de **reserva** de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.15.13. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13. DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E APLICAÇÃO DE SANÇÕES

13.1. A apresentação de propostas manifestamente inexequíveis, bem como a adoção de qualquer conduta que tenha por finalidade ou efeito criar embaraços, atrasos, dificuldades ou prejuízos ao regular andamento do processo licitatório, ou, ainda, que pedir desclassificação e retirada de proposta vencedora sem justo motivo, sujeitará o licitante às medidas administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

13.2. Verificada a ocorrência de indícios de inexecutabilidade da proposta ou de prática de atos que comprometam a competitividade, a lisura, a eficiência ou a economicidade do certame, será insaturado o competente processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, bem como dos artigos 155 a 159 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.3. Nos termos do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/21, as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os valores de mercado poderão ser desclassificadas, sem prejuízo da apuração de responsabilidade do licitante quando configurada má-fé, dolo ou conduta temerária.

13.4. Constituem condutas passíveis de apuração e sanção, entre outras:

I – a apresentação de proposta sabidamente inexequível ou em desacordo com as exigências do edital;

II – a prática de atos que visem frustrar, retardar ou dificultar o andamento regular do procedimento licitatório;



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

III – a prestação de informações falsas ou a omissão de informações relevantes;

IV – qualquer comportamento que viole os princípios da legalidade, da isonomia, da competitividade, da moralidade, da eficiência e do interesse público.

13.5. Comprovadas as irregularidades, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, observada a gravidade da infração, a extensão do dano causado à Administração Pública e os antecedentes do licitante, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo legal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.6. A aplicação das sanções não afasta a possibilidade de responsabilização civil e penal, quando cabível, nos termos da legislação aplicável.

14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Administração Municipal de Catiguá.

14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 02.02 Departamento de Planejamento e Gestão Pública – 04.122.0002.2002..0000 Coordenação Geral do Poder Executivo – 3.3.90.30.00 Material de Consumo – Fonte de Recurso: 01 Tesouro – **Ficha 015**; 02.02 Departamento de Planejamento e Gestão Pública – 04.122.0002.2003.0000 Coord. e Manutenção do Depart. De Administração – 3.3.90.30.00 Material de Consumo – Fonte de Recurso: 01 - **Ficha 027**; 02.05 Departamento de Educação – 12.361.0005.2009.0000 manutenção do Transporte Escolar – 3.3.90.30.00 Material de Consumo – Fonte de Recurso: 01 – **Ficha 089**; 02.06 Fundo Municipal de Saúde - 10.301.0006.2022.0000 Manutenção da Atenção Básica à Saúde – 3.3.90.30.00 Material de Consumo - Fonte de Recurso: 01 – **Ficha 191**; 02.07 Departamento de Assistência Social – 08.244.0007.2034.0000 Promoção da Proteção Social Básica -3.3.90.30.00 Material de Consumo – Fonte de Recurso: 01 – **Ficha 263**.

15. DO REAJUSTE DE PREÇOS

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA ou IGPM de dois meses anteriores ao aditamento, desde que observados os preços, condições e índice mais vantajosos para a Administração.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

15.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

16. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato serão realizados pelo Diretor de Planejamento Administrativo, Sérgio Eduardo de Campos

Catiguá/SP, 28 de Maio de 2026.

SÉRGIO EDUARDO DE CAMPOS
Diretor de Planejamento Administrativo



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO

1. Descrição da necessidade da contratação.

1.1. A contratação objetiva assegurar o abastecimento regular e eficiente da frota municipal que é abastecida com óleo Diesel S-10, Gasolina Comum e Etanol Hidratado.

1.2. O fornecimento deverá ser realizado em tanques de propriedade do licitante vencedor, cedidos em comodato à Prefeitura Municipal, com capacidade mínima de 5.000 (cinco mil) litros, a ser instalado no Almoxarifado Municipal, garantindo segurança, organização e conformidade com padrões técnicos, ambientais e de saúde ocupacional.

1.3. Deverá ser fornecido o combustível em total conformidade com as especificações da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), vigentes no momento da entrega, qual seja, a Resolução ANP nº 968/2024, acompanhado de certificado de conformidade de produto entregue. A frota municipal desempenha funções essenciais à continuidade e regularidade do serviço público, tais como:

- Transporte de servidores, pacientes hipossuficientes e alunos da rede pública;
- Execução de serviços de limpeza urbana, manutenção e conservação de áreas públicas;
- Transporte de cargas, insumos e equipamentos;
- Atendimento de emergências sanitárias e operacionais;
- Fiscalização e apoio às atividades administrativas, logísticas e educacionais.

1.4. A interrupção ou deficiência no abastecimento de combustível Diesel S-10 comprometeria gravemente a prestação desses serviços, acarretando riscos de paralisação parcial ou total das atividades municipais, prejuízos à população e violação dos princípios da continuidade e eficiência dos serviços públicos.

1.5. A aquisição parcelada e conforme demanda efetiva atende aos princípios da economicidade e eficiência, evitando estoques desnecessários, desperdícios e custos adicionais com contratações emergenciais.

1.6. O fornecimento contínuo e estratégico é ajustado mensalmente à demanda real de cada setor, permitindo flexibilidade operacional diante de variações sazonais, emergenciais ou extraordinárias, sem prejuízo da regularidade do suprimento.

1.7. A estimativa de consumo total foi calculada com base em histórico de consumo da frota de janeiro/2025 a dezembro/2025, e em março de 2026, considerando, ainda, tipo de veículo, frequência de uso, trajetos percorridos, idade do veículo, eficiência energética e demandas projetadas, garantindo planejamento adequado e segurança operacional.

1.8. O licitante vencedor será responsável por:

- Instalação e manutenção dos tanques de combustível;
- Fornecimento seguro e contínuo de combustíveis atendendo às normas técnicas da ANP e ABNT;
- Observância das normas ambientais, de segurança e saúde ocupacional;
- Disponibilização de relatórios mensais detalhados de abastecimento, incluindo quantidade fornecida, litros restantes, lotes utilizados, abastecimentos realizados por veículo e registro de eventuais irregularidades, assegurando rastreabilidade, fiscalização e controle do consumo;



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

- Garantia de fornecimento ajustado à demanda efetiva dos setores, atendendo solicitações da Administração Municipal.

1.9. Levantamentos preliminares indicam que fornecedores disponíveis possuem infraestrutura compatível, experiência comprovada no fornecimento de combustíveis em tanques em comodato e condições de atender às exigências técnicas e legais estabelecidas pela Administração Pública.

1.10. Em síntese, a presente contratação é **absolutamente necessária** para garantir a continuidade, regularidade, eficiência e segurança dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal, assegurando que a frota permaneça operacional, pronta para atender às demandas administrativas, educacionais, sanitárias, de transporte e manutenção da cidade, de forma planejada, rastreável e sustentável.

2. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual.

Atualmente, a Prefeitura Municipal não possui um Plano de Contratações Anual (PCA) formalmente elaborado. Apesar da ausência do PCA, a contratação está alinhada com os objetivos e consta no orçamento.

3. Requisitos da contratação.

3.1. Visando atender à demanda, é necessária a contratação, por meio de licitação, de empresa especializada no fornecimento de combustíveis; a Contratada deverá atuar na área pertinente ao objeto **em conformidade com a Resolução 938/2023 da ANP.**

3.2. A Contratada deverá apresentar documentos que comprovem autorização de funcionamento da Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP) de acordo com a Resolução **938/2023 da ANP.** A contratação será realizada por um prazo de 12 meses, podendo ou não ser prorrogada.

3.3. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

3.3.1. Sustentabilidade e segurança ambiental;

3.3.2. Os critérios e boas práticas terão como diretrizes para a sustentabilidade entre outras:

- a) Menor impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, solo, água, ar);
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

g) Adotaremos, sempre que viáveis, critérios plausíveis com os praticados no mercado local e nacional, mas como regra geral o equilíbrio entre os três princípios norteadores da licitação pública: sustentabilidade, economicidade e competitividade.

h) Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.4. Para garantia da fiel execução dos compromissos ajustados, a CONTRATADA deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor efetivamente contratado, conforme o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, optando por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou em título da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- b) Fiança bancária,
- c) Seguro garantia, ou
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- e) O prazo de vigência da garantia será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato;



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

f) A garantia prestada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, após o seu cancelamento por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro atualizada monetariamente.

3.4.1. Para assinatura do contrato deverá a proponente vencedora apresentar comprovação da existência de seguro ambiental com cobertura de responsabilidade civil e riscos ambientais causados pelo armazenamento de combustíveis, com valor mínimo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

4. Estimativa das quantidades para a contratação.

4.1. Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21).

4.2. As quantidades estimadas para a contratação tiveram como base o consumo de janeiro de 2025 a dezembro de 2025, conforme relatório retirado do sistema, com acréscimo médio de 13,07% nas quantidades. Os relatórios encontram-se anexo a esse termo.

Abaixo segue quadro explicativo da necessidade:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ÓLEO DIESEL S10, COM FORNECIMENTO DE TANQUE EM COMODATO	LITROS	100.000
2	GASOLINA COMUM, COM FORNECIMENTO DE TANQUE EM COMODATO	LITROS	26.835
3	ETANOL HIDRATADO, COM FORNECIMENTO DE TANQUE EM COMODATO	LITROS	23.820

5. Do Treinamento Pessoal:

5.1. A empresa contratada deverá assegurar que todo o pessoal envolvido na execução dos serviços objeto desta licitação esteja devidamente capacitado e treinado para realizar suas atividades, garantindo segurança operacional, prevenção de acidentes e conformidade com normas técnicas, ambientais e de saúde ocupacional.

5.2. O treinamento deverá contemplar, no mínimo:

- Procedimentos de abastecimento de combustíveis, incluindo manuseio seguro dos combustíveis;
- Normas de segurança e prevenção de acidentes, em conformidade com a NR-20 – Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis;
- Uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), ferramentas e dispositivos de segurança fornecidos pela contratada;
- Procedimentos de controle de estoque, registro e emissão de relatórios de abastecimento, garantindo rastreabilidade e confiabilidade das informações;
- Procedimentos de resposta a situações de emergência, como vazamentos, derramamentos, incêndios ou outras ocorrências de risco;
- Práticas de preservação ambiental e manejo adequado de resíduos, em conformidade com legislações ambientais vigentes.

5.3. A Contratada deverá comprovar a realização do treinamento mediante apresentação de registros, certificados ou quaisquer documentos que evidenciem a capacitação dos profissionais designados.

5.4. O treinamento deverá ser periódico, sempre que houver mudança de pessoal, atualização de normas ou necessidade específica indicada pela Administração Municipal, garantindo que todos



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

os profissionais envolvidos mantenham conhecimento atualizado sobre os procedimentos e requisitos legais aplicáveis à execução do contrato.

5.5. A Administração Municipal poderá, a qualquer momento, solicitar a capacitação complementar ou reciclagem do pessoal da contratada, de modo a assegurar o pleno atendimento às normas de segurança, eficiência e regularidade do fornecimento de combustível.

TREINAMENTO PESSOAL		
QTD DE SERVIDORES	PERÍODO	FORMA
6	10 dias	GRATUITA

6. Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

O levantamento de mercado constitui etapa essencial do Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme disposto no inciso V do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021. Tem por finalidade identificar as soluções disponíveis no mercado que atendam às necessidades da Administração Pública, possibilitando a escolha da alternativa mais vantajosa em termos técnicos e econômicos.

6.1. Metodologia Adotada

Para a realização do levantamento de mercado, foram adotadas as seguintes metodologias:

- Pesquisa Documental:** Consulta a documentos oficiais e a análise de processos licitatórios anteriores relacionados ao fornecimento de combustível.
- Consulta a Fornecedores Especializados:** Contatos diretos com empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, visando obter informações sobre preços, condições de fornecimento e capacidade logística.
- Análise de Dados Públicos:** Consulta a informações disponíveis em portais governamentais, como a Agência Nacional do Petróleo (ANP), para verificar os preços médios praticados no mercado regional.

6.2. Alternativas Consideradas

Foram analisadas as seguintes soluções de mercado para atender à necessidade de fornecimento de combustíveis:

- Fornecimento Direto por Postos de Combustíveis:** Contratação de empresas especializadas para fornecimento contínuo de combustível diretamente em postos credenciados.
- Instalação de Tanque de Armazenamento no Almoxarifado Municipal:** Cessão de tanque em comodato pelo fornecedor, com capacidade de até 5.000 litros, para instalação no Almoxarifado Municipal, permitindo abastecimento contínuo e controle interno.

6.3. Justificativa da Escolha da Solução

Após análise das alternativas, optou-se pela solução b) Instalação de Tanque de Armazenamento no Almoxarifado Municipal, pelos seguintes motivos:

- Eficiência Operacional:** Permite abastecimento contínuo e imediato da frota municipal, evitando deslocamentos frequentes a postos de combustíveis e garantindo maior disponibilidade dos veículos.
- Controle e Fiscalização:** Facilita o monitoramento do consumo de combustível, possibilitando a implementação de sistemas de controle interno e auditoria.
- Segurança e Conformidade:** Atende às normas técnicas e ambientais vigentes, garantindo a segurança no armazenamento e manuseio do combustível.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

d) Viabilidade Econômica: A análise de custos indicou que a instalação de tanque próprio apresenta menor custo total ao longo do período contratual, considerando fatores como transporte, tempo de operação e manutenção.

6.4. Conclusão

O levantamento de mercado evidenciou que a solução escolhida é a mais adequada para atender às necessidades da Administração Municipal, proporcionando eficiência, segurança e economia. A contratação do fornecimento de combustíveis com instalação de tanques em comodato no Almoarifado Municipal está em consonância com os princípios da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os da eficiência, economicidade e interesse público.

7. Estimativa do valor da contratação.

7.1. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços baseados na tabela da ANP, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado.

7.2. Como método para estimar os valores para a referida contratação, a Administração realizou pesquisa de preços obedecendo às disposições do Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021.

7.3. Para essa contratação foi obtido preço de através do site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas> da semana de 19 de abril de 2026 a 25 de abril de 2026 na cidade de Catanduva/SP, cerca de 15km do município de Catiguá, portanto região mais próxima, conforme detalhamento dos preços unitários a seguir:

Item	Descrição / Especificação	QUANT. (Lts)	Estim. Preliminar Preço unitário Tabela ANP	Quantidade Total para 12 (doze) meses	Estimativa Preliminar Unitária X QNT total
01	Óleo Diesel B S10	R\$/L	R\$7,53	100.000 Litros	R\$753.000,00
02	Gasolina Comum	R\$/L	R\$6,56	26.835 Litros	R\$176.037,60
03	Etanol Hidratado	R\$/L	R\$4,17	23.820 Litros	R\$99.329,40

8. Descrição da solução como um todo.

8.1. Objeto e Características Gerais

A solução a ser contratada consiste no fornecimento contínuo e fracionado de combustíveis para abastecimento da frota de veículos e equipamentos da Prefeitura Municipal de Catiguá, por meio de tanques de armazenamentos cedidos em comodato pelo licitante vencedor, com capacidade mínima de 5.000 (cinco mil) litros cada, instalados no Almoarifado Municipal. A solução inclui todos os serviços necessários para garantir o abastecimento regular, seguro e eficiente, conforme as normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis.

8.2. Requisitos de Manutenção e Assistência Técnica

A Contratada será responsável por:



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

- a) Garantir a manutenção preventiva e corretiva do tanque de armazenamento, assegurando sua integridade estrutural e operacional durante todo o período contratual;
- b) Assegurar que os sistemas de abastecimento e medição estejam em perfeito funcionamento, evitando perdas, vazamentos ou qualquer risco ambiental ou operacional;
- c) Disponibilizar assistência técnica imediata para resolução de eventuais falhas ou problemas operacionais, garantindo a continuidade do fornecimento sem interrupções;
- d) Cumprir rigorosamente as normas de saúde, segurança do trabalho e legislação ambiental aplicáveis ao armazenamento, manuseio e transporte do combustível;
- e) Fornecer relatórios mensais detalhados à Administração Municipal, contendo informações sobre volumes entregues, consumo por setor/veículo, ocorrências, inspeções realizadas e medidas corretivas adotadas.

8.3. Controle, Monitoramento e Segurança

A solução inclui:

- a) Procedimentos para controle de estoque, medição e registro do consumo, permitindo rastreabilidade total do combustível fornecido;
- b) Implantação de mecanismos de segurança física e operacional do tanque, incluindo dispositivos de contenção de vazamentos e prevenção de incêndios;
- c) Treinamento do pessoal indicado pela contratada para operar e monitorar os equipamentos com segurança e eficiência.

8.4. Justificativa Técnica e Econômica da Solução

A solução escolhida atende plenamente à demanda real dos setores municipais, proporcionando abastecimento contínuo, seguro, flexível e ajustado à necessidade efetiva da Administração. Tal modelo permite:

- Otimização logística, reduzindo deslocamentos desnecessários e custos de transporte;
- Redução de riscos de paralisação de serviços essenciais;
- Controle rigoroso do consumo, evitando desperdícios e estoques excessivos;
- Economia direta e indireta, ao alinhar o fornecimento à demanda real, reduzindo gastos financeiros e operacionais, conforme o princípio da economicidade previsto no art. 6º, caput, e incisos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Maior eficiência na fiscalização, por meio de relatórios detalhados e rastreabilidade completa do combustível fornecido;
- Continuidade e regularidade dos serviços públicos essenciais, incluindo transporte de servidores, atendimento educacional, operações de saúde, manutenção urbana e logística municipal.

8.5. Justificativa Técnica da Solução

A solução escolhida permite abastecimento contínuo e flexível, conforme a demanda real dos setores municipais, atendendo ao princípio da economicidade e à necessidade de continuidade dos serviços públicos, conforme art. 6º, caput, e incisos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às orientações da IN nº 40/2020. A solução oferece segurança operacional, facilidade de fiscalização, eficiência logística e redução de custos com transporte e tempo de operação, garantindo que a frota municipal esteja permanentemente disponível e apta a atender às demandas administrativas, educacionais, sanitárias, de transporte e manutenção da cidade.

9. Qualificação Técnica da Empresa Contratada

9.1. A empresa licitante deverá comprovar qualificação técnica compatível com a natureza, complexidade e volume do objeto desta licitação, de modo a assegurar a execução adequada dos



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

serviços, **inclusive de instalação de equipamentos em regime de comodato**, preservando o interesse público, a economicidade, a transparência e a isonomia entre os participantes.

9.2. Para tanto, deverão ser apresentados os seguintes documentos e comprovações:

9.2.1. Registro ou Inscrição na Entidade Reguladora:

- Registro ativo junto à ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, conforme exigência legal para fornecimento de combustíveis.

9.2.2. Comprovação de Aptidão Técnica:

- Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando experiência em fornecimento de combustíveis e fornecimento de tanques em comodato, compatível com as características, quantidades e prazos do objeto licitado.

- Será permitida a somatória de atestados para comprovação de capacidade, desde que o total alcance, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado no Termo de Referência, nos termos da Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

9.2.3. Licença de Operação Ambiental:

- Licença válida, emitida por órgão ambiental estadual competente, relativa à empresa licitante, demonstrando conformidade com normas ambientais vigentes.

9.2.4. Cadastro Técnico Federal (CTF/APP):

- Comprovação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, emitida pelo IBAMA, conforme legislação ambiental aplicável.

9.2.5. AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros:

- Documento válido, emitido pelo Corpo de Bombeiros, em conformidade com as normas de prevenção e segurança contra incêndio, vigente na data da sessão.

9.2.6. Seguro Ambiental:

- Apólice de seguro vigente, contemplando cobertura de responsabilidade civil e riscos ambientais relacionados ao armazenamento e manuseio de combustíveis, com valor mínimo de cobertura de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

9.3. A não apresentação de qualquer dos documentos acima ou a apresentação de documentação irregular implicará na inabilitação da licitante, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

10. Justificativa para o parcelamento ou não da contratação.

10.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

10.2. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

10.3. Em razão da natureza do objeto e por sua indivisibilidade, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, sobremaneira pelo fornecimento de tanques de abastecimento e acessórios em regime de comodato.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

11.1. Economicidade

A contratação do fornecimento contínuo e fracionado de combustíveis, com tanques em comodato, permitirá à Administração Municipal adquirir o combustível de forma planejada e ajustada à demanda real da frota, evitando compras desnecessárias, estoques excessivos e desperdícios, o que



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

refletirá diretamente na redução de custos operacionais e financeiros. A consolidação do abastecimento em um único fornecedor qualificado possibilita negociações mais vantajosas, maior controle de preços e melhor previsibilidade orçamentária, atendendo plenamente ao princípio da economicidade previsto no art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. Otimização de Recursos Materiais

O tanque de armazenamento cedido em comodato pelo fornecedor e a gestão integrada do abastecimento reduzirão a necessidade de múltiplos deslocamentos para aquisição de combustível, diminuindo o desgaste da frota e prolongando a vida útil dos veículos. A centralização do estoque também permitirá maior controle sobre o consumo por veículo e por setor, garantindo utilização racional e segura dos recursos materiais da municipalidade.

11.3. Resultados Financeiros Esperados

- Redução de gastos com transporte e logística de combustíveis;
- Redução de perdas por armazenamento inadequado ou desperdício de combustível;
- Maior previsibilidade e planejamento orçamentário do gasto com combustível;
- Possibilidade de negociação de melhores condições comerciais com fornecedor único, considerando o volume anual estimado e o fornecimento parcelado conforme demanda.

11.4. Conclusão

Espera-se que a contratação proporcione um ganho global de eficiência, assegurando que os recursos financeiros, humanos e materiais da Administração Municipal sejam utilizados de forma otimizada, atendendo às necessidades reais da frota e garantindo continuidade, regularidade e segurança dos serviços públicos prestados à população de Catiguá, em consonância com os princípios constitucionais da administração pública, especialmente os da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

12.1. Deverá a Administração indicar o gestor e o fiscal para acompanhar o contrato decorrente deste processo.

12.2. Devem ser providenciadas formas de fiscalização com relação à qualidade dos serviços e atendimento das especificações constantes na contratação.

13. Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

14. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

14.1. Identificação de Impactos Ambientais Potenciais

A execução do fornecimento de combustíveis envolve riscos ambientais e operacionais que devem ser considerados e mitigados, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Vazamentos ou derramamentos de combustível durante armazenamento, abastecimento ou transporte interno, com risco de contaminação do solo, lençóis freáticos, cursos d'água e ambientes adjacentes;



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

- b) Emissões atmosféricas provenientes da evaporação do combustível, podendo contribuir para a poluição do ar;
- c) Risco de incêndio ou explosão, decorrente de manuseio inadequado do produto ou falha nos dispositivos de segurança;
- d) Geração de resíduos perigosos, incluindo embalagens de combustíveis, filtros, panos, materiais de manutenção e eventuais resíduos de limpeza;
- e) Consumo de recursos energéticos e hídricos para operação dos equipamentos de bombeamento, medição, controle e manutenção do tanque de combustível;
- f) Possível impacto à fauna, flora e ao entorno do almoxarifado municipal, em caso de incidentes ambientais não controlados.

14.2. Medidas Preventivas e Mitigadoras: A empresa contratada deverá adotar todas as medidas técnicas, operacionais e administrativas necessárias à mitigação dos impactos ambientais, assegurando o cumprimento da legislação ambiental vigente, normas de segurança do trabalho e regulamentos aplicáveis:

a) Tanques de Armazenamento e Segurança

- Instalação de tanque de armazenamento com dispositivos de contenção secundária, bacias de contenção e barreiras impermeáveis, garantindo proteção contra vazamentos;
- Manutenção preventiva e corretiva regular do tanque, bombas, medidores e demais equipamentos, assegurando integridade estrutural e operacional;
- Implementação de sistemas de detecção de vazamentos, alarmes de nível e indicadores de segurança;
- Adoção de dispositivos de prevenção de incêndio, incluindo extintores, sprinklers, barreiras corta-fogo e sinalização adequada, em conformidade com o Corpo de Bombeiros e legislação vigente;

b) Treinamento e Capacitação de Pessoal

- Capacitação do pessoal responsável pelo manuseio e controle do combustível em procedimentos de segurança, prevenção de acidentes e contingências ambientais;
- Treinamento em protocolos de emergência ambiental, incluindo contenção, isolamento e limpeza de vazamentos ou derramamentos;
 - Registro formal das instruções e reciclagem periódica dos treinamentos, assegurando a conformidade com normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR-20, NR-10) e demais legislações correlatas;

c) Controle, Monitoramento e Relatórios

- Monitoramento diário do estoque, níveis de combustível, operação de bombas e medição de consumo;
- Relatórios mensais detalhados à Administração Municipal, contendo: volumes fornecidos e consumidos, ocorrência de incidentes, inspeções realizadas, medidas preventivas e corretivas adotadas, quantidade de resíduos gerados e destinação final;
- Implementação de indicadores de desempenho ambiental, incluindo: taxa de perdas, consumo energético, frequência de inspeções e conformidade regulatória;

d) Gestão de Resíduos e Logística Reversa

- Segregação e destinação adequada de todos os resíduos gerados, incluindo panos, filtros, embalagens de combustíveis e materiais contaminados, conforme normas ambientais e legislação federal e estadual (Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Adoção de logística reversa para embalagens e demais insumos, assegurando reaproveitamento, reciclagem ou descarte ambientalmente adequado;



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

- Monitoramento e registro da destinação final de resíduos perigosos, com comprovação documental à Administração;

e) **Eficiência Energética e Sustentabilidade**

- Planejamento e execução do abastecimento de modo a otimizar o consumo energético dos equipamentos de bombeamento, medição e controle;

- Priorização de procedimentos e tecnologias que minimizem o consumo de recursos naturais, reduzam desperdícios e promovam sustentabilidade;

- Adoção de medidas que promovam economicidade e melhor aproveitamento de recursos materiais, humanos e financeiros, em consonância com os princípios da Administração Pública (Lei nº 14.133/2021, art. 6º, caput e inc. III);

f) **Conformidade Legal e Normativa**

- Cumprimento rigoroso de todas as exigências legais, normativas e regulatórias, incluindo ANP, IBAMA, corpo de bombeiros, órgãos ambientais estaduais e federais, normas da ABNT e legislações ambientais aplicáveis;

- Garantia de que todos os processos, equipamentos e operações estejam documentados, auditáveis e disponíveis para fiscalização pelos órgãos competentes;

15. Conclusão.

Diante dos estudos técnicos até então realizados, a contratação mostra-se VIÁVEL, não sendo possível, neste momento, observar óbices ao seu prosseguimento.

16. Responsável.

Sérgio Eduardo de Campos – Diretor de Planejamento Administrativo.

Catiguá/SP, 28 de Maio de 2026.

SÉRGIO EDUARDO DE CAMPOS
Diretor de Planejamento Administrativo



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(papel timbrado da empresa)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026.

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis (Diesel S-10, Gasolina Comum e Etanol Hidratado) de forma contínua e fracionada, conforme demanda, para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Catiguá, pelo período de 12 (doze) meses, sendo que o fornecimento deverá ser realizado em tanques cedidos em comodato pela Contratada, de acordo com as condições e especificações constantes do Termo de Referência.

A empresa: _____ (razão social), devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº _____ e na Inscrição Estadual nº _____, com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, apresenta a seguinte proposta comercial:

Item	Descrição / Especificação	QUANT. (Lts)	Quantidade Total para 12 (doze) meses	Marca	Desconto Percentual
01	Óleo Diesel B S10	Litro	100.000		
02	Gasolina Comum	Litro	26.835		
03	Etanol Hidratado	Litro	23.820		

VALOR TOTAL: R\$ _____ (_____).

OBS. 01: Se houver divergência ou discrepância entre os valores unitário e total, prevalecerá sempre o VALOR UNITÁRIO.

OBS. 02: Nos valores propostos acima, estão inclusos todos e quaisquer encargos inerentes ao fornecimento objeto desta proposta, tais como: tributos, taxas, transportes, carregamento, descarregamento, encargos sociais, trabalhistas, frete, seguro, e outros que, direta e indiretamente, incidam sobre o perfeito e integral cumprimento da proposta apresentada.

CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO: As condições que envolvem o fornecimento dos serviços (prazos, locais de entrega etc.), bem como o respectivo pagamento, devem seguir as disposições expressas no edital.

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação, sendo considerado prorrogado automaticamente, por iguais e sucessivos períodos até o término do processamento da respectiva licitação.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

DECLARAÇÕES QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA DE PREÇOS: A empresa licitante, autora desta proposta de preços, **DECLARA**, para os devidos fins e efeitos de direito que as mercadorias ofertadas nesta proposta comercial, atendem fielmente às disposições do Edital e dos anexos do respectivo Pregão Eletrônico e são de primeira qualidade.

DECLARA, ainda, sob as penas da lei, em especial quanto ao artigo 299, do Código Penal Brasileiro, que:

- a proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela licitante, e o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da respectiva licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da respectiva licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da respectiva licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da respectiva licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Catiguá - SP, antes da abertura oficial das propostas; e
- está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME: _____

RG Nº _____ - CPF Nº _____



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

ANEXO III - DECLARAÇÕES

(papel timbrado da empresa)

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

A empresa: _____ (razão social), devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº _____ com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de cumprimento do exigido no **Pregão Eletrônico nº 006/2026, DECLARA** que:

- a) que atende às exigências do edital quanto aos requisitos de habilitação (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- b) que cumpre a determinação de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.
- c) não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos;
- d) possui aptidão financeira para a execução do contrato/ata de registro de preço e que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento de eventuais direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- e) atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado), somente para as licitantes com sede ou matriz no Estado de São Paulo;
- f) inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;
- g) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- h) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal
- i) tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do processo licitatório.
- j) **para o caso de empresas ME, EPP e assemelhadas:** não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- k) **para o caso de empresas ME, EPP e assemelhadas:** que é enquadrada como _____ (MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), nos termos do art. 3º da Lei



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

Complementar nº. 123/2006 e suas alterações posteriores, e que pretende utilizar-se do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____, ____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026

ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ---/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A O MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXX, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

O **MUNICÍPIO DE CATIGUÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 45.124.344/0001-40, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenisa José Zancaner, nº 312, Centro - CEP 15.872-018, na cidade de Catiguá, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADA, neste ato representado(a) por, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Processo Administrativo nº 028/2026 - Pregão Eletrônico nº 006/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis (Diesel S-10, Gasolina Comum e Etanol Hidratado) de forma contínua e fracionada, conforme demanda, para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Catiguá, pelo período de 12 (doze) meses, sendo que o fornecimento deverá ser realizado em tanques cedidos em comodato pela Contratada, de acordo com as condições e especificações constantes do Termo de Referência, do edital do Processo Administrativo nº 028/2026 - Pregão Eletrônico nº 006/2026, que é parte integrante desta, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. As especificações do objeto, as quantidades e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

1.2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1.1. O Termo de Referência;

1.2.1.2. O Edital da Licitação;

1.2.1.3. A Proposta do contratado;

1.2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ ----- (-----).

Item	Descrição / Especificação	QUANT. (Lts)	Quantidade Total para 12 (doze) meses	Marca	Desconto Percentual
01	Óleo Diesel B S10	Litro	100.000		
02	Gasolina Comum	Litro	26.835		
03	Etanol Hidratado	Litro	23.820		

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da prefeitura para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

(1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

(2) compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

- 12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
- 12.7. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.8. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.9. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada: 02.02 Departamento de Planejamento e Gestão Pública – 04.122.0002.2002..0000 Coordenação Geral do Poder Executivo – 3.3.90.30.00 Material de Consumo – Fonte de Recurso: 01 Tesouro – **Ficha 015**; 02.02 Departamento de Planejamento e Gestão Pública – 04.122.0002.2003.0000 Coord. e Manutenção do Depart. De Administração – 3.3.90.30.00 Material de Consumo – Fonte de Recurso: 01 - **Ficha 027**; 02.05 Departamento de Educação – 12.361.0005.2009.0000 manutenção do Transporte Escolar – 3.3.90.30.00 Material de Consumo – Fonte de Recurso: 01 – **Ficha 089**; 02.06 Fundo Municipal de Saúde - 10.301.0006.2022.0000 Manutenção da Atenção Básica à Saúde – 3.3.90.30.00 Material de Consumo - Fonte de Recurso: 01 – **Ficha 191**; 02.07 Departamento de Assistência Social – 08.244.0007.2034.0000 Promoção da Proteção Social Básica -3.3.90.30.00 Material de Consumo – Fonte de Recurso: 01 – **Ficha 263**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS REGRAS APLICÁVEIS A PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. Quando desta Proposta resultar acesso, recebimento, processamento, transmissão, classificação, transferência ou qualquer outro tratamento de dados pessoais, as Partes, por si, seus representantes, prepostos, empregados e/ou terceiros, deverão:

16.1.1. Cumprir as normas brasileiras vigentes sobre proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 (“LGPD”), a todo o momento e de forma completa, mantendo comprovação de tal cumprimento;

16.1.2. Garantir o enquadramento do tratamento de dados pessoais em uma das bases legais previstas na LGPD quando atuando na qualidade de controladoras;

16.1.3. Tratar os dados pessoais exclusivamente para finalidades decorrentes desta Proposta e em hipóteses autorizadas pela legislação aplicável, especialmente a LGPD;

16.1.4. Cooperar mutuamente para garantir o cumprimento dos direitos dos titulares de dados pessoais e determinações de autoridades fiscalizadoras relativas ao tratamento de dados pessoais realizado em razão desta Proposta, assim como o atendimento às obrigações decorrentes da LGPD



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

no que concerne o objeto da Proposta;

16.1.5. Manter os dados pessoais em sigilo e segurança, adotando medidas de segurança da informação adequadas ao risco de suas atividades, incluindo as medidas de segurança física, técnica e organizacional comercialmente razoáveis e adequadas para garantir a segurança, a confidencialidade e a integridade dos dados pessoais, bem como para evitar eventual alteração, perda, tratamento ou acesso não autorizado;

16.1.6. Notificar a outra Parte em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir do seu conhecimento: (a) o recebimento de qualquer comunicação, incluindo notificação ou citação, solicitando o fornecimento da integralidade ou parte dos dados pessoais; e (b) a ocorrência de qualquer violação de dados pessoais, juntamente com informações sobre os dados pessoais objeto da violação, quantidade de titulares afetados, consequências da violação, medidas adotadas para reduzir eventuais impactos da violação, e outras que possam ser razoavelmente necessárias;

16.1.7. Compartilhar dados pessoais com subcontratados ou suboperadores somente se existente compromisso escrito com estes capaz de garantir proteção equivalente àquela decorrente desta Proposta e da legislação aplicável;

16.1.8. Garantir que empregados, prepostos, representantes e quaisquer terceiros contratados e suboperadores estejam sujeitos a obrigações de confidencialidade adequadas à natureza do tratamento de dados pessoais realizado em razão da Proposta;

16.1.19. Destruir ou devolver, conforme definido conjuntamente pelas Partes, a totalidade ou parte dos dados pessoais compartilhados, incluindo cópias existentes ao término da relação entre as Partes, ressalvadas as hipóteses de retenção dos dados pessoais em razão de obrigação legal ou regulatória ou outra hipótese legal autorizadora;

16.1.10. Autorizar, sempre que aplicável e devidamente justificado, a realização de avaliação e auditoria quanto ao cumprimento do previsto nesta Proposta;

16.1.11. Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos decorrente de e/ou relacionados ao tratamento de dados pessoais causados por sua culpa e/ou dolo, inclusive de seus representantes, prepostos, empregados e/ou terceiros, plenamente assegurado o direito de regresso se a parte não infratora for acionada."

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tabapuã, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação. E por estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Catiguá - SP, -- de ----- de 2026.

MUNICÍPIO DE CATIGUÁ
CONTRATANTE



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

----- - Prefeito Municipal

RAZÃO SOCIAL
CONTRATADA

Nome do Representante Legal – Função

Testemunhas:

- 1.
- 2.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026

ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026

CONTRATANTE:
CNPJ Nº

CONTRATADA:
CNPJ Nº

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
DATA DA ASSINATURA:
VIGÊNCIA:
OBJETO:
VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



TRABALHO, INOVAÇÃO E PROGRESSO:
CATIGUÁ NO RUMO CERTO
2025-2028

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026
EDITAL Nº 001/2026

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis (Diesel S-10, Gasolina Comum e Etanol Hidratado) de forma contínua e fracionada, conforme demanda, para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Catiguá, pelo período de 12 (doze) meses, sendo que o fornecimento deverá ser realizado em tanques cedidos em comodato pela Contratada, de acordo com as condições e especificações constantes do Termo de Referência.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 092, de 28 de dezembro 2023, e demais legislações aplicáveis, com suas posteriores alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 18 DE JUNHO DE 2026.

HORÁRIO: 09H30MIN00SEG, HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: ATÉ 09H00MIN, DO DIA 18 DE JUNHO DE 2026.

LOCAL: BLL COMPRAS - <https://bllcompras.com/Home/Login>

EDITAL NA ÍNTEGRA: Cópia do Edital ou maiores informações, poderão ser obtidos no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Catiguá - SP, pelo telefone: (17) 3564-9500, de segunda à sexta-feira e pelos Sites: www.catigua.sp.gov.br e www.bllcompras.com, pelo e-mail: licitacao@catigua.sp.gov.br e suporte ao Fornecedor da BLL Compras (41) 3097-4600 / contato@bll.org.br.

Catiguá - SP, 28 de Maio de 2026.

CLAUDEMIR JOSÉ GRAVA
Prefeito do Município de Catiguá